

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

De um lado,

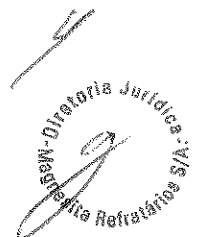
(a) **MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Praça Louis Ensck, n.º 240, Cidade Industrial, CEP 32210-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 08.684.547/0001-65, registrada no Número de Identificação do Registro de Empresas ("NIRE") sob o n.º 31.300.026.485, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Emissora ("Debêntures" e "Debenturistas", respectivamente)

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, registrada no NIRE sob o n.º 33.300.014.373, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, doravante designados como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte").

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Magnesita Refratários S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES**



Departamento Jurídico  
Magnesita Refratários S/A

1.1. Para fins e efeitos desta Escritura de Emissão, consideram-se "Documentos da Oferta Restrita": (i) esta Escritura de Emissão; (ii) o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo); (iii) a RCA da Oferta (conforme definida abaixo); e (iv) documentos relacionados ao registro da Oferta Restrita (conforme definida abaixo) junto à CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP").

1.2. Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, considera-se como "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional.

## CLÁUSULA SEGUNDA - AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

2.1. A celebração da presente Escritura de Emissão, a emissão e as condições das Debêntures, bem como a realização da Oferta Restrita, foram autorizadas por deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de dezembro de 2013 ("RCA da Oferta Restrita"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2.1.1. Por meio da RCA da Oferta Restrita, a diretoria da Emissora também foi autorizada a (i) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição pública das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); e (ii) praticar todo e qualquer ato necessário à efetivação da Oferta Restrita (conforme abaixo definida) e à Emissão (conforme abaixo definida).

## CLÁUSULA TERCEIRA – REQUISITOS

3.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, n.º 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Líder"). A Oferta Restrita atenderá aos seguintes requisitos:

- (i) **Registro na CVM.** Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º

da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.

- (ii) **Registro na ANBIMA.** A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".
- (iii) **Registro na JUCEMG e Publicação.** A ata da RCA da Oferta Restrita será registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), nos termos da legislação em vigor, e será publicada nos jornais "Hoje em Dia" e Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("Jornais de Divulgação da Emissora").
- (iv) **Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCEMG.** A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. A Emissora compromete-se a tomar todas as medidas necessárias e de forma tempestiva para a obtenção dos registros desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCEMG, nos termos deste item 3.1. A Emissora deverá disponibilizar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão, e de seus eventuais aditamentos, registrada na JUCEMG no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção do respectivo registro, sendo certo que, no caso desta Escritura de Emissão, tal disponibilização deverá ocorrer, no mínimo, 1 (um) Dia Útil antes da primeira data de integralização.
- (v) **Registro para Distribuição e Negociação.** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Não obstante o disposto na alínea (b) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva

subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476.

#### **CLÁUSULA QUARTA - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA**

4.1. **Objeto Social da Emissora.** De acordo com o artigo 3º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a: (a) realização de pesquisa, lavra, beneficiamento, aproveitamento industrial e comercial de minérios, especialmente magnesita e associados, para fins de fabricação de materiais refratários; (b) fabricação, reaproveitamento, reciclagem e comercialização de materiais refratários, isolantes, produtos eletrofundidos e cerâmicos; (c) exploração, fabricação e comercialização dos derivados e associados de magnesita, inclusive magnesita calcinada na forma e/ou nomenclatura de óxido de magnésio destinada a utilização agropecuária como insumo, fertilizante, corretivo de solo ou como produto para nutrição animal, entre outras aplicações a segmentos industriais diversos; (d) promoção e exploração da indústria e do comércio de minérios, bem como dos metais respectivos; (e) a construção e a exploração de estradas de ferro e de rodagem, terminais marítimos, empreender a construção de usinas para aproveitamento de energia elétrica e realizar serviços de arborização, florestamento e reflorestamento; (f) a prestação de serviços nos diversos setores e atividades de engenharia em geral, inclusive nos relativos à aplicação e utilização de materiais refratários, montagem de conjuntos industriais, administração e execução de serviços e obras de construção civil, fabricação de estruturas metálicas, fabricação, reparação e manutenção de equipamentos mecânicos e outros produtos correlatos, além de setores contábeis e administrativos; (g) a realização de operações de exportação e importação; e (h) a representação comercial pertinente às suas atividades, bem como a participação em outras sociedades.

4.2. **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão das Debêntures é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

4.3. **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

4.4. **Séries.** As Debêntures serão emitidas em uma única série.

4.5. **Destinação de Recursos.** Os recursos obtidos por meio da Emissão (conforme definida abaixo) serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente para o refinanciamento de dívidas da Emissora e para o financiamento de seu capital de giro.

4.6. **Número da Emissão.** Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").

4.7. **Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário.** O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, e o escriturador mandatário da Oferta Restrita será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de Banco Liquidante e de Escriturador Mandatário previstos nesta Escritura de Emissão).

4.8. **Imunidade de Debenturistas.** Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## CLÁUSULA QUINTA - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. **Colocação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, de acordo com os procedimentos descritos na Instrução CVM 476, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação do Coordenador Líder, que efetuará a distribuição sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures a serem ofertadas, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Magnesita Refratários S.A." ("Contrato de Distribuição"), devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação (conforme definido abaixo), observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo.

5.2. **Plano de Colocação.** O Coordenador Líder organizará a colocação, com esforços restritos, das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, o qual será fixado mediante atendimento dos seguintes termos ("Plano de Colocação"):

- (i) nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM 409, serão considerados investidores qualificados para os fins da Oferta Restrita: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, sem prejuízo do disposto no subitem (b) deste inciso (i), abaixo; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados"). (a) Os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no inciso II abaixo, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM 476; (b) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (c) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no subitem (iv) acima, deverão subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476;
- (ii) o Coordenador Líder poderá, no contexto dos esforços restritos de colocação das Debêntures, acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- (iii) não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;
- (iv) não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais investidores sejam Investidores Qualificados, e assinem a

Declaração de Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), nos termos do inciso V abaixo;

- (v) no ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados deverão assinar "Declaração de Investidor Qualificado" atestando, dentre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável;
- (vi) o Coordenador Líder e a Emissora comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476; e
- (vii) não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita.

5.2.1. **Prazo de Colocação.** O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Debêntures no prazo a ser determinado no Contrato de Distribuição, respeitados os prazos definidos na Instrução CVM 476 ("Prazo de Colocação").

5.3. **Data de Emissão das Debêntures.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").

5.4. **Valor Nominal Unitário das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

5.5. **Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será expedido extrato pela CETIP, em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

5.6. **Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.7. **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com qualquer garantia.

5.8. **Preço de Subscrição.** O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

5.9. **Forma de Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização") de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição, conforme definido no item 5.8. acima.

5.10. **Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 20 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento").

5.11. **Amortização do Valor Nominal Unitário.** A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada anualmente, em duas parcelas iguais e sucessivas, no valor de 50 % (cinquenta por cento) do Valor Total da Emissão cada, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, a 1ª (primeira) amortização em 20 de dezembro de 2017 e a 2ª (segunda) amortização em 20 de dezembro de 2018. As Debêntures não serão objeto de amortização extraordinária pela Emissora.

5.12. **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.13. **Remuneração.** As Debêntures farão jus à remuneração equivalente a 112% (cento e doze inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo" ("Taxa DI-Over"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), desde a Data de Integralização até a Data de Vencimento ou data do vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:



$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1),$$

onde:

**J** = valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

**VNe** = Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**Fator DI** = Produtório das Taxas DI-Over, com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

**k** = Número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

**n** = Número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), sendo "n" um número inteiro;

**p** = 112,00 (cento e doze) aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com duas casas decimais;

**TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Para fins de cálculo da Remuneração, ainda:

- (i) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k \times p/100)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k \times p/100)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.13.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura de Emissão) a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), no prazo máximo de 4 (quatro) Dias Úteis após o término do prazo acima referido de 10 (dez) dias consecutivos, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas por ocasião da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

5.13.2. Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

5.13.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva na Assembleia Geral de Debenturistas entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 8.11 abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devida até a

data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última taxa disponível, conforme o caso.

5.14. **Período de Capitalização.** O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ou data de vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão ("Período de Capitalização").

5.15. **Pagamento da Remuneração.** A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 20 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira devida no dia 20 de junho de 2014 e as seguintes sucessivamente, até o último pagamento que será realizado na Data de Vencimento, (cada data de pagamento, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), ou na data do eventual vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido no item 5.20. abaixo). Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

5.16. **Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação.

5.17. **Aditamento à Presente Escritura de Emissão.** Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, após autorização dos Debenturistas, se aplicável, e posteriormente arquivados na JUCEMG, observado o quanto disposto no inciso (iv) do item 3.1. acima.

5.18. **Resgate Antecipado Obrigatório.** As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado obrigatório.

5.19. **Resgate Antecipado Facultativo.** A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a partir do 13º (décimo terceiro) mês, a contar da Data de Emissão, o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), o qual será realizado de acordo com os seguintes procedimentos:

- (i) a Emissora deverá enviar, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, comunicação por escrito com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis contados da data prevista para o Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"). Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"); (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial, sendo que, caso parcial, deverá ser informado o número total de Debêntures a serem resgatas, observando o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o Preço de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) e o Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo;
- (ii) caso o Resgate Antecipado Facultativo seja parcial, será realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, responsabilizando-se o Agente Fiduciário pela organização e pela realização do sorteio. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o Resgate Antecipado Facultativo será realizado em conformidade com os procedimentos da CETIP;
- (iii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculados *pro rata die* ("Preço de Resgate Antecipado Facultativo"), acrescido de um prêmio cujo percentual observará a tabela abaixo ("Prêmio de Resgate Facultativo" e, em conjunto com o Preço de Resgate Antecipado Facultativo, "Valor de Resgate Facultativo");

Período	Percentual do Prêmio
de 21/12/2014 à 20/12/2015	0,80%
de 21/12/2015 à 20/12/2016	0,60%
de 21/12/2016 à 20/12/2017	0,40%
de 21/12/2017 à 20/12/2018	0,20%

- (iv) o Valor de Resgate Facultativo deverá ser pago em parcela única, nos termos do item 5.23 abaixo, e as Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.19.1. O cálculo de que trata o item 5.19. (iii) acima será realizado pela Emissora e sua memória encaminhada ao Agente Fiduciário para, caso esteja de acordo, valide o referido cálculo antes de ser realizada a Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo. Para os fins do cálculo do Prêmio, deverão ser consideradas as Debêntures em Circulação à época da Data do Resgate Antecipado Facultativo.

5.19.2. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência, com ciência do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Data do Resgate Antecipado Facultativo.

5.20. **Vencimento Antecipado.** Observado o disposto nos itens 5.20.1 a 5.20.6. abaixo, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de qualquer notificação judicial e/ou extrajudicial, todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração e de demais encargos devidos e não pagos, calculados *pro rata die*, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial;
- (ii) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, requerimento de aut falência, pedido ou decretação de falência por parte da Emissora ou de terceiros, que não seja devidamente elidido no prazo legal;
- (iii) não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, nas respectivas datas de vencimento;
- (iv) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão, que não seja devidamente sanada no prazo de cura específico, ou em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

- (v) fusão, cisão, incorporação de sociedade, ativos ou ações da Emissora, ou qualquer outro processo de reestruturação societária envolvendo a Emissora, sem a anuência prévia dos Debenturistas, que, em qualquer caso, comprometa o cumprimento das obrigações pactuadas na Escritura ou resulte na mudança da Emissora de seu atual grupo econômico, exceto com relação à incorporação pela Emissora de quaisquer de suas sociedades subsidiárias e/ou controladas;
- (vi) transferência, a qualquer título, de controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para este fim, entendendo-se por controle indireto a participação detida pela GP Investments Ltd. no capital social da Emissora;
- (vii) protestos de títulos contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), valor que deverá ser reajustado monetariamente anualmente de acordo com a variação percentual acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA/IBGE”), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido protesto, (a) for validamente comprovado pela Emissora que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (b) o protesto for cancelado ou sustado;
- (viii) não pagamento na data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), valor que deverá ser reajustado monetariamente anualmente de acordo com a variação percentual acumulada do IPCA/IBGE, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (ix) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), valor que deverá ser reajustado monetariamente anualmente de acordo com a variação percentual acumulada do IPCA/IBGE, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (x) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante, ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), valor que deverá ser reajustado monetariamente anualmente de acordo com a variação percentual acumulada do

IPCA/IBGE, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;

- (xi) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade de qualquer dos Documentos da Oferta Restrita;
- (xii) redução de capital social, sem observância do disposto no parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora;
- (xiii) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xiv) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, de forma a alterar significativamente o segmento de atuação da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (xvi) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão provem-se ou revelem-se em qualquer aspecto relevante, falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes;
- (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora que não afetem materialmente as atividades da Emissora ou caso estejam sendo questionadas judicial ou administrativamente por meio de procedimento adequado;
- (xviii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir,

compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das ações do capital social da Emissora;

- (xix) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xx) alienação fiduciária, constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora, vinculação de garantias reais e/ou mecanismos de autoliquidez do grupo econômico da Emissora a terceiros, sem a prévia anuência dos Debenturistas, com exceção de garantias: (a) prestadas para o BNDES e/ou outros bancos de desenvolvimento nacional ou internacional; (b) prestadas para processos judiciais e administrativos, dívidas fiscais em fase de contestação e realização de direitos trabalhistas; (c) prestadas para licitações, concessões, aluguéis, despesas aduaneiras, impostos, *performance bonds*, seguros, ou outras assemelhadas, desde que no curso ordinário dos negócios da Emissora; (d) já existentes na Data de Integralização; (e) já existentes em qualquer companhia adquirida ou incorporada pela Emissora; (f) prestadas como margem em operações de *hedge*, desde que feito em caráter não especulativo; (g) prestadas para prorrogação ou extensão de dívidas existentes, nas quais as garantias existentes sejam mantidas; (h) dadas em dívidas contraídas no exterior, cujo valor principal agregado não exceda o valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos);
- (xxi) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquelas cuja preferência decorra de determinação legal;
- (xxii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora, desde que em dimensões que dificulte o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (xxiii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos por meio da Emissão em conformidade com a destinação de recursos indicada no item 4.5. acima;
- (xxiv) não obtenção, no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados a partir da Data de Emissão, de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures, em escala nacional, fornecido por Agência de Rating, contratada pela Emissora, devendo a Emissora fornecer informações à Agência de Rating contratada com toda transparência e clareza, para obtenção da classificação de risco mais precisa possível;



- (xxv) caso sejam constatadas, em verificação a ser realizada anualmente pelo Agente Fiduciário a não manutenção pela Emissora de avaliação por pelo menos duas agências de “rating”, conforme definidas abaixo (que avaliam a Emissora como B1 e BB) ou sofrer “*downgrade*” em dois níveis ou mais por duas das citadas agências classificadoras e simultaneamente apresentar indicador Dívida Financeira Líquida/EBITDA superior a 3,75X (três inteiros e setenta e cinco centésimos), calculada ao final de cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, com base no balanço consolidado auditado da Emissora, e registrado em relatório emitido por empresa de auditoria independente credenciada pela CVM (“Auditor Independente”).

Para os fins das alíneas (xxiv) e (xxv) acima, considera-se como:

“Agência de Rating”: individual e indistintamente, a Moody’s América Latina Ltda., a Standard & Poor’s Brasil e a Fitch Ratings Brasil Ltda., que avaliaram a Emissora, até a Data de Emissão, com os *ratings* B1, BB e BB, respectivamente.

“Dívida Financeira Líquida”: somatório de dívidas em bancos, debêntures e *bonds* - disponibilidades (caixa e aplicações financeiras), sendo admitida, excepcionalmente, a exclusão dos *bonds* perpétuos emitidos em 30 de março de 2012 pela Magnesita Finance Ltd., subsidiária da Emissora, com base no saldo devido à época do cálculo.

“EBITDA”: Lucro bruto - despesas com vendas - despesas administrativas e gerais + depreciações e amortizações + o resultado de outras receitas/despesas operacionais (excluindo receitas e despesas não monetárias e/ou não recorrentes), incluindo o EBITDA de quaisquer entidades adquiridas pela Emissora, considerado como se a aquisição tivesse ocorrido no 1º dia útil do período do cálculo e excluindo o EBITDA de quaisquer entidades vendidas pela Emissora, considerando como se a venda tivesse ocorrido no 1º dia útil do período de cálculo.

5.20.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

5.20.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xviii) e (xxi) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação,

judicial ou extrajudicial. Nesse caso o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento dos valores então devidos.

5.20.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 5.20. acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, que dependerá do voto de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

5.20.4 A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

5.20.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e de demais encargos devidos e não pagos, calculados *pro rata die*, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios, sendo certo que todas as Debêntures serão pagas em uma única data.

5.20.6. Uma vez declaradas antecipadamente vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá imediatamente comunicar o fato (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário. As Debêntures objeto deste procedimento serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.20.7. Caso o IPCA/IBGE seja extinto ou considerado legalmente inaplicável, os valores referidos nas alíneas acima passarão automaticamente a ser corrigidos pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") ou, na impossibilidade de utilização deste, por outro índice oficial vigente, reconhecido e legalmente permitido, dentre aqueles que melhor refletirem a inflação do período.

5.21. **Multa e Juros Moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso

vencidos e não pagos ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").

5.22. **Atraso no Recebimento dos Pagamentos.** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

5.23. **Local e Forma de Pagamento.** Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora.

5.24. **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ocasião em que não haverá nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

5.25. **Publicidade.** Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora e na página da CVM na Internet. A publicação do referido "Aviso aos Debenturistas" poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

## CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (i) contratar pelo menos duas Agências de Rating, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, para atribuir classificação de risco à Emissora, obrigando-se a:
- (i) manter pelo menos duas Agências de Rating contratadas durante todo o prazo de vigência das Debêntures, (ii) prestar todas as informações e enviar todos os documentos solicitados pelas Agências de Rating, e (iii) permitir que as Agências de Rating divulguem ao mercado relatório ou súmula de classificação de risco da Emissora e suas respectivas atualizações para os Debenturistas e o Agente Fiduciário ("Relatório de Rating"), observado que (a) as Agências de Rating deverão emitir os Relatórios de Rating, no mínimo, anualmente, e (b) os valores devidos às Agências de Rating para os fins aqui previstos deverão ser pagos pela Emissora. Caso as Agências de Rating contratadas cessem suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, estejam ou sejam impedidas de emitir a classificação de risco, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário que convocará Assembleia Geral de Debenturistas para que esta defina a nova agência de classificação de risco das Debêntures;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópias das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora referentes a tal exercício social, auditadas por um Auditor Independente, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM, acompanhadas da memória de cálculo do índice financeiro previsto no item (b) da alínea (xxv) do item 5.20. acima, devidamente calculado pela Emissora, devendo a administração da Emissora atestar sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar esclarecimentos adicionais à Emissora e/ou ao Auditor Independente, e (ii) declaração de representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento integral, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão;
  - (b) dentro de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (c) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 5.25. acima;

- (d) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
- (f) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (g) vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEMG, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados após a data do respectivo registro;
- h) os Relatórios de Rating, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da de seu recebimento pela Emissora; e
- (i) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.20 acima imediatamente após a sua ocorrência.
- (iii) convocar, nos termos da Cláusula Oitava abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (iv) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (v) notificar o Agente Fiduciário, na mesma data, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento pela Emissora de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras preparadas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

- (vi) comunicar, ao Agente Fiduciário, na mesma data, sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (viii) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, pela Emissora;
- (ix) enviar à CETIP, (i) na data da primeira publicação de convocação de cada Assembleia Geral de Debenturistas, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à deliberação dos Debenturistas em tal Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) no dia em que se realizar cada Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de tal Assembleia Geral de Debenturistas, cópia da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas;
- (x) notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer deliberação dos acionistas da Emissora relativa a pagamentos, pela Emissora de dividendos (inclusive, mas não se limitando, os dividendos sobre ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório) ou participação nos lucros, juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas, sendo certo que referida notificação deverá ser feita em até 15 (quinze) dias da data do pagamento aos acionistas;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (xii) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os seus aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- (xiii) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (xiv) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, e o Auditor Independente;
- (xv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xvi) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvii) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, exceto com relação (i) àqueles que estejam sendo questionados de boa fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, ou (ii) cuja não realização não possa afetar de maneira relevante a situação financeira da Emissora e/ou que a capacidade de a Emissora cumprir com suas obrigações no âmbito desta Escritura de Emissão;
- (xviii) arcar, de forma exclusiva, com todos os custos e despesas relacionados: (i) à Oferta Restrita, incluindo as publicações nos Jornais de Divulgação da Emissora, custos de registro desta Escritura de Emissão na JUCEMG, custos e despesas dos prestadores de serviços no âmbito da Oferta Restrita, incluindo os assessores legais, o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário; (ii) ao registro e liquidação das Debêntures na CETIP; e (iii) a todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e seu registro para negociação no mercado secundário;
- (xix) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas em valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

- (xx) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
- (xxi) efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, à JUCEMG;
- (xxii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor as autorizações e registros descritos nos incisos (iii), (iv) e (v) do item 3.1. acima, na forma e prazos neles descritos, os quais são necessários e indispensáveis ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (xxiii) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xxiv) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, inciso II da Instrução n.º CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xxv) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 476;
- (xxvi) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;
- (xxvii) na qualidade de ofertante, prestar, no âmbito da Oferta Restrita, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas;
- (xxviii) não realizar outra oferta pública de valores mobiliários da mesma espécie que as Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e



(xxix) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

(b) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas a auditoria, por Auditor Independente;

(c) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer do Auditor Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

(d) manter os documentos mencionados na alínea "(c)" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

(e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e

(g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou CETIP

6.2. Caberá à Emissora o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação:

(i) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável, se for o caso;

(ii) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a

Emissora exerça suas atividades, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;

- (iii) despesas cartorárias e postais necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iv) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (v) despesas de viagem, alimentação e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser razoáveis e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e
- (vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

6.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 6.2. acima, todas as despesas em valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. **Nomeação do Agente Fiduciário.** A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

7.2. **Declarações do Agente Fiduciário.** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nos documentos que foram disponibilizados pela Emissora;
- (x) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos;
- (xii) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário não identificou que presta serviços de agente fiduciário em emissões da Emissora ou de sociedades de seu grupo econômico.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

7.4. **Remuneração do Agente Fiduciário.** Em contraprestação aos serviços prestados pelo Agente Fiduciário em conformidade com a legislação e regulamentação a ele aplicáveis e nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora pagará ao Agente Fiduciário parcelas anuais de R\$3.000,00 (três mil reais) para o desempenho ordinário dos serviços de Agente Fiduciário aqui previstos, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as

demais nas mesmas datas dos anos subsequentes (se aplicável). Serão devidas parcelas anuais até o pagamento integral das Debêntures.

7.4.1. As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.4.2. As parcelas mencionadas no item 7.4. acima serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.4.5. As remunerações não incluem as seguintes despesas que serão arcadas pela Emissora, sendo que todas as despesas em valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora: (i) despesas com *conference calls*, contatos telefônicos viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora; (ii) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

7.4.6. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente

suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora, sendo que todas as despesas em valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) deverão ser sempre que possível previamente aprovadas pela Emissora.

7.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de despesa. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia os Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.4.8. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alteração relevante nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.5. **Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, às expensas da Emissora, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMG, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (ix) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos Jornais de Publicação da Emissora, às expensas da mesma;
- (x) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, incluindo o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e

sociedades integrantes do bloco de controle, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, conforme disposto no inciso XVIII, artigo 12, da Instrução CVM 28 e no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (f) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (h) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia emissora; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

- (xiii) divulgar as informações referidas no subitem (h) da alínea (xii) do item 7.5. acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (xiv) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (xii) acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na CETIP e na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador Líder;
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos Jornais de Divulgação da Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (xx) acompanhar o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nos incisos (xxiv) e (xxv) do item 5.20. acima; e
- (xxi) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário, o qual será calculado pela Emissora.



7.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições da presente Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário de cada um das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, Encargos Moratórios e demais acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

7.7. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) e (ii) do item 7.6. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese das alíneas (iii) e (iv) acima do item 7.6. acima, bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

7.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

7.9. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este

comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares das Debêntures, pedindo sua substituição.

7.10. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.11. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28.

7.12. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão.

7.13. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

7.14. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 5.25. acima.

7.15. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

7.16. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se nesse caso, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.17. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá sob obrigação legal da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.18. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

8.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular das Debêntures eleito pelos demais titulares das Debêntures presentes, ou aquele que for designado pela CVM, a quem caberá escolher o secretário.

8.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sendo que a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

8.5.1 Independente da convocação prevista no item 8.5 acima, será considerada regular toda e qualquer Assembleia Geral de Debenturistas a qual comparecerem todos os Debenturistas.

8.6. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.7. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em Circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada, e em segunda convocação, com qualquer número.

8.8. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

8.9. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures ou à Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Vencimento, (ii) às datas ou percentuais de amortização das Debêntures; (iii) ao quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, descritos no item 5.20. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, bem como pela Emissora.

8.10. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria nesta Escritura de Emissão.

8.11. Para os fins da presente Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus acionistas, diretos ou indiretos ou de qualquer de suas controladas (direta ou indiretamente), subsidiárias ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco.

8.12. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

8.13. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras e possui registro de companhia aberta atualizado perante a CVM nos termos exigidos pela Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, conforme aplicável, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro");
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos demais Documentos da Oferta Restrita e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita são

verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;

- (g) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (h) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora
  - (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora;
  - (ii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações relevantes de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
  - (iii) está cumprindo com todas as disposições contratuais relevantes a que está sujeita; e
  - (iv) declara que não tem conhecimento da existência de qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou os demais Documentos da Oferta Restrita, ou, ainda, que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (i) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para assegurar a exequibilidade das obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita, exceto (i) pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a Data de Integralização; e (ii) pelo registro da presente Escritura de Emissão na JUCEMG;
- (j) as demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (k) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 4.5. acima;
- (l) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures e do saldo devedor das debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (n) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

9.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Nona.

## CLÁUSULA DEZ – NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) se para a Emissora:

**MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.**

Praça Louis Ensck, n.º 240, Cidade Industrial  
CEP 32210-050 - Contagem, MG

e

Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 387, 5º andar  
CEP 04543-121, São Paulo, SP

At.: Diretor Presidente e Diretor Financeiro

Telefone: (11) 3152-3201

Fac-símile: (11) 3152-3234

E-mail: [ri@magnesita.com](mailto:ri@magnesita.com); [jurídico@magnesita.com](mailto:jurídico@magnesita.com)

(ii) se para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

(iii) se para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha  
CEP 04311-000 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(iv) se para o Escriturador Mandatário:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A..**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)



(v) se para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo de confirmação escrita. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

10.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

10.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item acima serão arcados pela parte inadimplente.

10.5. Os avisos, comunicações ou notificações enviados nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão considerados plenamente eficazes se entregues às pessoas descritas no item 10.1. acima.

**CLÁUSULA ONZE - DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Terceira acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil Brasileiro, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

11.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, exceto quando expressamente indicado de outra forma nesta Escritura de Emissão.

11.7. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes. Todos os aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser arquivados na JUCEMG, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **CLÁUSULA DOZE - FORO**

12.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.



E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 18 de dezembro de 2013.

*Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Magnesita Refratários S.A", celebrado em 18 de dezembro de 2013*


**MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **José Roberto Beraldo**  
Cargo: **CFO**  
**Magnesita Refratários S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Luiz Gustavo Rossato**  
Cargo: **General Counsel**  


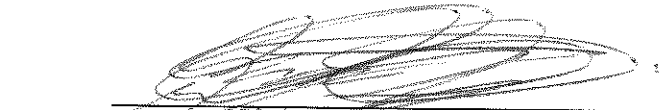
*Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Magnesita Refratários S.A", celebrado em 18 de dezembro de 2013*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: MARCELLE NODA SAUTERO  
Cargo: DIRETORA

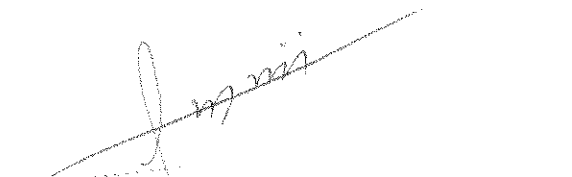
Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Magnesita Refratários S.A", celebrado em 18 de dezembro de 2013

**Testemunhas:**



---

Nome: Guilherme Camargo Costa  
RG.: 39.722.977-5  
CPF/MF: 329.522.308-46



---

Nome: PEDRO VICENTINI LAZZARINI  
RG.: 45.006.873-0  
CPF/MF: 363.054.808.65